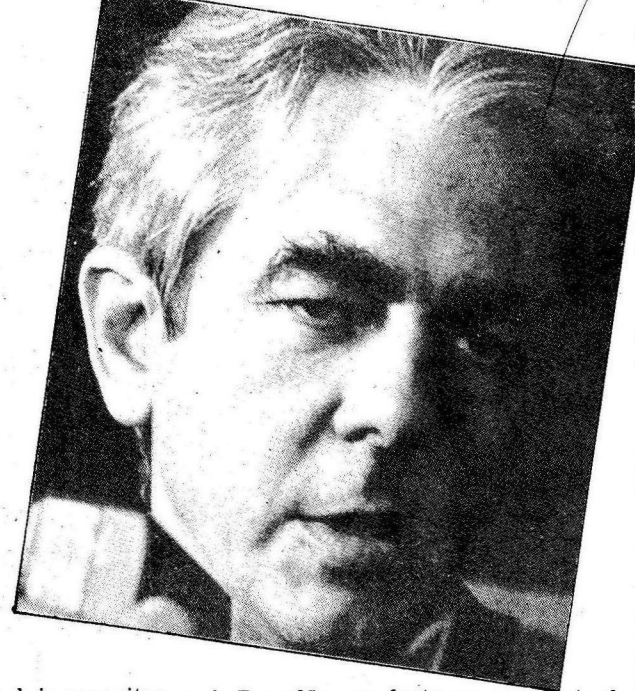


O País quer refinanciar US\$ 10 bilhões de juros devidos de 1987 e 88. E pede dinheiro novo para os próximos três anos, na forma de empréstimos e financiamentos. A proposta foi entregue pelo enviado especial Fernão Bracher (foto), que evitou dar maiores explicações.



Faz acordo. Mas com condições.

O governo brasileiro considera que a plena normalização do relacionamento com o sistema financeiro internacional depende apenas da disposição dos credores em cumprir duas exigências básicas. Em troca, o Brasil faria um pagamento simbólico dos juros, levando ao fim da moratória.

A primeira exigência do governo brasileiro é de os credores se comprometerem a refinanciar um mínimo de US\$ 10 bilhões dos juros devidos pelo País relativos aos exercícios de 1987 e 1988. A segunda, de se comprometerem a fornecer dinheiro novo para os próximos três anos, na forma de novos empréstimos e financiamentos.

Estas duas exigências básicas sintetizam o atual estágio das negociações da dívida externa brasileira, segundo informações colhidas ontem no Palácio do Planalto. Esses são os dois pontos fundamentais pelos quais a missão brasileira "está-se batendo" neste momento.

Apesar das resistências encontradas, a expectativa do governo

brasileiro é de que os banqueiros acabem cedendo. Em troca destes dois pontos, o Brasil se compromete a realizar um pagamento simbólico aos seus credores, através de um depósito no BIS (Banco de Compensações Internacionais), abrindo caminho, deste modo, para o fim da moratória e a retomada do fluxo normal do pagamento dos juros.

Segundo se informa no Palácio do Planalto, o governo brasileiro tem deixado muito claro que não pretende prolongar indefinidamente a situação atual de moratória. O que o governo quer — afirmou-se ali — é a normalização plena da situação, com a volta do País ao sistema financeiro internacional. Isto, entretanto, vai depender muito do grau de boa vontade demonstrado pelos banqueiros.

Segundo se explica no Palácio do Planalto, é preciso deixar claro o conceito de dinheiro novo. Para os banqueiros no Exterior, dinheiro novo nada mais é que a simples rolagem de dívidas vencidas. O governo brasileiro, contudo, costuma

distinguir bem os dois conceitos: a rolagem é, na verdade, um refinanciamento, enquanto o dinheiro novo consiste na concessão de novos financiamentos e empréstimos, sem qualquer vínculo com a dívida vencida. E o governo pleiteia junto aos bancos as duas coisas: refinanciamento de parte dos juros, e dinheiro novo mesmo.

O ex-ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen, disse ontem, no Rio, que a proposta de depósito de US\$ 1,5 bilhão pelo Brasil junto a um banco neutro condicionado a novos empréstimos para cobrir a dívida atrasada em torno de US\$ 4,5 bilhões este ano "poderá funcionar para pôr um fim à moratória, porque, de qualquer forma, significa um avanço". Segundo Simonsen, o depósito a ser feito pelo Brasil possibilitaria o direito de recuperar esse próprio depósito.

Outro que considerou a proposta um avanço nas negociações da dívida externa foi o ex-presidente do Banco Central, Carlos

Brandão, ao destacar que a atual situação da economia norte-americana, refletida pelo comportamento da Bolsa de Valores de Nova York, não permite mais manter o impasse em um assunto de tanta importância para o Brasil.

O vice-presidente da Ordem dos Economistas de São Paulo, Manoel Francisco Pereira, também gostou da fórmula que está sendo discutida. Em sua opinião, a proposta atende aos interesses do Brasil e é coerente.

Mas o economista Paul Singer, do Centro Brasileiro de Análise e Planejamento (Cebrap) entende que o Brasil não tem nada a ganhar suspendendo a moratória com um pagamento de parte dos juros, mesmo que de forma simbólica, em troca de um reescalonamento da dívida por dois anos. Singer considera que, para a negociação ser compatível com o crescimento econômico do Brasil, o reescalonamento terá que ser por 30 anos, com prazo de carência e limites de taxas de juros.